



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638738 - SP (2021/0002030-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : GUSTAVO DE FALCHI
ADVOGADO : GUSTAVO DE FALCHI - SP315913
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONAS ALEXANDRE LUZITANO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de RONAS ALEXANDRE LUZITANO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2247670-21.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 12/10/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 155, §§ 1º e 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal. No dia 13/10/2020, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante assevera que, "ultrapassado estes pontos, entende-se ser necessário mencionar sobre a atual situação do nosso País. Ora Excelência, estamos diante de uma pandemia mundial chamada CORONAVÍRUS (COVID-19). Assim, com o intuito de se criar paliativas para amenizar esta catástrofe na saúde pública do Brasil, os poderes Estatais, estão criando medidas excepcionais a qual passa-se a apontar a que vem insurgir no âmbito carcerário" (fl. 7).

Aduz que "a soltura do Paciente não põe em risco a investigação criminal, a garantia da ordem pública, não trará inconvenientes para a instrução criminal e nenhum perigo de ameaça à aplicação da Lei Penal, mesmo porque, caso quebre a confiança deste juízo, poderá ser decretada sua custódia nos termos da Lei. Não obstante a isso, sabemos da precariedade no sistema prisional brasileiro, não havendo qualquer possibilidade da unidade prisional de Taiúva-SP., dar os tratamentos médicos necessários tão pouco procedimentos cirúrgicos e fisioterapêuticos necessários para o caso do Paciente, estando o mesmo extremamente debilitado, consoante previsão legal contida no artigo 318, inciso II, do Código de Processo Penal" (fl. 9).

O impetrante requer a concessão de liminar para que seja revogada a prisão preventiva, substituindo-a pela domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade na negativa da concessão da prisão domiciliar ao paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 20-25):

É de se ressaltar que embora o crime de furto seja perpetrado sem violência ou grave ameaça à pessoa, inviável, no caso em apreço, o deferimento da contracautela.

A posse da res furtivae, aliada às circunstâncias da prisão e personalidade do agente reincidente em crime contra o patrimônio, conforme sua folha de antecedentes e certidões (fls. 87/90 e 96/98 dos autos originários) levam a crer que é contumaz na prática delitiva, o que indica grave distúrbio comportamental.

Preso novamente em flagrante pela prática de crime de furto qualificado, revela envolvimento não ocasional na criminalidade, má conduta social e personalidade voltada à prática de crimes, sendo de rigor a imposição da custódia cautelar para garantia da ordem pública, evitando a reiteração criminosas.

Não se olvida que a ausência de modificação dos fatos que ensejaram a decretação da prisão preventiva e a inexistência de elementos comprobatórios do alegado constrangimento ilegal, são fatores suficientes a justificar a manutenção da medida cautelar extrema

No que toca a alegação de desproporcionalidade da medida, anote-se que previsões em relação à pena a ser aplicada, ou ainda, a concessão de outros benefícios como o direito de apelar em liberdade em caso de eventual condenação, não passam de mera suposição, sendo vedada análise desses temas pela via do writ, bem como a utilização de tal fundamento para justificar a soltura, uma vez que seu exame violaria, em última análise, o princípio constitucional do juiz natural. Nessa esteira

(...)

Quanto ao pleito de concessão de prisão domiciliar, verifica-se que foi indeferido pela autoridade coatora, dada a ausência de comprovação de extrema debilidade suscitada pela Defesa

Em que pese o impetrante tenha instruído o presente “writ” com fotos e laudos, não foi juntada comprovação imperiosa que comprove a

extrema debilidade, requisito essencial do artigo 318, inciso II do Código de Processo Penal; ao revés, verifica-se que está recebendo todo o suporte necessário pela equipe da Santa Casa de Barretos.

Urge ressaltar, ainda, que o impetrante não comprovou que tratamento médico do qual o paciente necessita, não possa ser ministrado de maneira adequada no estabelecimento prisional, ou ainda, que não terá a devida atenção pela equipe de saúde deste.

Vide posicionamento em caso análogo pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Por fim, quanto ao cenário epidemiológico, ressalto que a recomendação CNJ nº 62 de 17 de março de 2020 destina-se, especialmente, aos presos recolhidos que se encontram no grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus, com comorbidades pré-existentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio.

No entanto, não há dados concretos a revelar algum foco do novo coronavírus nas penitenciárias paulistas, de modo que, por ora, tal argumento não se mostra suficiente para, por si só, autorizar a concessão da liberdade provisória, em especial quando presentes os pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Além disso, a Recomendação permite a decretação ou manutenção de prisão preventiva em casos excepcionais, o que é o caso dos autos.

Outrossim, cabe às autoridades da saúde dispor e regulamentar as providências a serem adotadas nos estabelecimentos penais com vista à preservação da saúde dos presos, não cabendo ao Poder Judiciário, originariamente, disciplinar a questão.

Portanto, correta a manutenção da preventiva; os requisitos da segregação cautelar estão presentes, motivo pela qual incabível, neste momento, a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal ou mesmo a substituição pela prisão domiciliar.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente